

ARTIGOS

É A HORA DA TRANSAÇÃO DE QUEM DEVE TRIBUTOS FEDERAIS

CLÁUDIO PARREIRA RYFF MOREIRA

Advogado e empresário

claudio@parreiraryffmoreira.com.br



Recente Portaria nº 1.241 da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que entrou em vigor no dia primeiro deste mês, modificou extraordinariamente a negociação para pagamento das dívidas com impostos e contribuições federais, especialmente IR, ITR, PIS, Cofins, INSS e FGTS. A modificação na legislação visa a assegurar aos contribuintes, pessoas físicas, Santas Casas, cooperativas, microempreendedores, instituições de ensino e empresas em dificuldades financeiras nova chance para retomada do cumprimento voluntário das obrigações tributárias e fundiárias correntes.

Mantém-se a alteração do aproveitamento de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL naqueles casos que consideram débitos irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

A nova portaria proporciona às pessoas físicas e jurídicas importantes facilitações para as transações tributárias e evitará, com certeza, o crescente nú-

mero de empresas que vinham ingressando na Justiça Federal para discussão do percentual de descontos concedidos pela PGFN nas negociações.

Outro avanço é a permissão de que empresas em recuperação

A modificação visa a assegurar nova chance para retomada do cumprimento voluntário das obrigações tributárias e fundiárias correntes

judicial possam usar os benefícios de créditos, diretamente por “adesão”, acelerando os processos administrativos e diminuindo a sobrecarga dos procuradores federais. A capacidade de pagamento (Capag) também agora

pode ser transparentemente aferida, fruto da utilização do portal Regularize da PGFN, com apresentação de laudos, bens, extratos e outras formas de demonstrar a necessidade de utilização de benefícios.

Essa alteração da Portaria nº 6.757, de 2022, facilita a transação, pois o contribuinte poderá propor modificações em valores e prazos (mais de cinco anos), justificando sua real situação econômica, contratos perdidos, diminuição de faturamento ou rendimentos, diretamente no site.

Neste momento em que o Congresso está ultimando a nova reforma tributária, é de extrema importância que as pessoas físicas ou jurídicas, mesmo aquelas que tenham diminuído ou cessado sua atuação, possam buscar, dentro desta nova possibilidade, melhores formas de equacionar suas dívidas tributárias, em discussão judicial ou não.

A hora é agora de buscar a melhor forma de equacionar suas dívidas, ajuizadas ou não.

PREVENÇÃO E GERENCIAMENTO DO ESTRESSE

ANA MARIA ROSSI

Presidente da Isma-BR e diretora da Clínica de Stress e Biofeedback
stress@ismabrazil.com.br



Pesquisas comprovam: a felicidade reduz o estresse, fortalece a autoestima e faz bem à saúde. Emoções e percepções negativas nos fragilizam e nos tornam mais suscetíveis a doenças físicas e emocionais. No entanto, fica a questão: como filtrar aspectos positivos num mundo onde a grande maioria das pessoas está sujeita a um alto e perturbador nível de estresse?

Para todos os efeitos, é melhor olhar o mundo pelo lado positivo em vez de se concentrar nos eventos negativos. Avalie a situação, racionalize os fatos e reestruture o pensamento de forma positiva ou neutra.

O objetivo não é se dissociar dos acontecimentos, mas usar lentes mais coloridas para filtrar a realidade. O negativismo é um gatilho irrefutável para aumentar os níveis de estresse e induzir a doenças, como a depressão. As estatísticas preocupam. Pesquisa da International Stress Management Association no Brasil (Isma-BR) indica que 72% dos brasileiros sofrem sequelas devido a um nível de tensão elevado.

Com a proposta de conscientizar a comunidade sobre os sintomas e as estratégias para lidar com o estresse, a Isma-BR comemora, desde 2001, o Dia Nacional de Conscientização do Estresse no terceiro domingo de novembro.

Em 2007, a data foi incluída no calendário oficial de eventos da cidade e, em 2014, também do Estado. Este ano será dia 19 e terá intervenções da Isma-BR e de outras instituições preocupadas com a saúde da população.

Este é um momento importante para corrigir distorções na maneira de pensar e no comportamento para finalizar o ano de bem com a vida.

O principal é praticar ações preventivas, repensar suas prioridades, ter paixão pelo que faz e equilibrar razão e emoção. Uma postura mental positiva afeta diretamente a saúde e possibilita que a pessoa se sinta no controle da sua vida. Enfim, com esforço e persistência, há esperança.

Este é um momento importante para corrigir distorções na maneira de pensar e no comportamento para finalizar o ano de bem com a vida

CONSCIÊNCIA NEGRA NO CONTROLE EXTERNO

FILIPE COSTA LEIRIA

Presidente do Sindicato dos Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do RS
fcleiria@gmail.com



O recente livro *Números da Discriminação Racial: Desenvolvimento Humano, Equidade e Políticas Públicas* expõe a realidade da população negra no Brasil. Em síntese, a desigualdade entre brancos e negros permanece praticamente a mesma nos últimos 40 anos. Mesmo com redemocratização, estabilização da economia, avanços em políticas públicas no país: negros têm menores renda, acesso à educação e mobilidade social comparativamente a brancos. Diferenças estatisticamente significativas. Sobram evidências de que a lógica racial segue estruturando a sociedade brasileira. Por que parecemos inertes diante desses números, naturalizando essa realidade de raízes escravocratas com reboco de civilidade? Como transformar esse quadro?

O estudo da história e da cultura afro-brasileira nas escolas

é fator central na mudança da nossa realidade. Pactuamos esse compromisso há 20 anos, através da Lei nº 9.394/2003, no Artigo 26-A. No Rio Grande do Sul, o Tribunal de Contas Estadual fiscaliza a aplicabilidade do artigo há pelo menos uma década, com

O estudo da história e da cultura afro-brasileira nas escolas é fator central na mudança da nossa realidade

avanços e retrocessos. Avançou com a Resolução nº 1.142/2021, ao considerar como fator de possível reprovação de contas de governador e prefeitos a omissão quanto ao ensino da história e da cultura afro-brasileira previsto

no 26-A. Entretanto, a atual paralisação de cursos sobre o 26-A para fiscalizados e a ausência do tema no parecer prévio das contas de governador e prefeitos representam retrocessos. Espaços sociais historicamente embranquecidos costumam dar menor importância técnica ao assunto nos processos de trabalho. A burocracia estatal também precisa se “afrobetizar”, submetendo-se ao controle social.

Finalmente, a consciência negra passa pela institucionalidade, como a política educacional. História e cultura afro-brasileira clamam por uma atuação efetiva e comprometida da burocracia estatal. Se há 40 anos os números da discriminação racial não se alteraram significativamente, cabe lembrar: desde a Lei Áurea, há mais de 130 anos, aguarda-se com urgência a superação das mesmas chagas sociais.